

10 de março de 2025

## Projeto de resolução da Mesa Nacional

1.

O primeiro-ministro, Luís Montenegro, quebrou o dever legal de exclusividade ao receber avenças da sua atividade empresarial durante o primeiro ano do seu mandato e esconde até hoje informações sobre a atividade da empresa Spinumviva. Por estes motivos, Montenegro não tem legitimidade para continuar a ser primeiro-ministro. Sem legitimidade formal, procura legitimar-se politicamente impondo uma moção de confiança no parlamento ou, perante a sua anunciada rejeição pela maioria dos deputados, eleições antecipadas.

Assim, **a crise política é a escolha de Luís Montenegro** para evitar prestar esclarecimentos, fugir às responsabilidades e recuperar o seu futuro político individual.

A incapacidade de Luís Montenegro para o cargo de Primeiro-ministro não esconde a incapacidade do Governo para responder aos problemas do país. No primeiro ano de mandato do PSD, os preços da habitação aumentaram ainda mais depressa e o SNS acelerou a sua trajetória de degradação. A alteração da lei dos solos, que liberaliza a especulação nos terrenos rústicos, e os vários projetos de privatização de hospitais e centros de saúde expõem o projeto político do Governo: as elites a governarem para as elites. Aos lucros de 5 mil milhões dos principais bancos, o PSD respondeu (com a ajuda do PS) com uma descida do IRC pago pelas grandes empresas. À falta de casas, respondeu com a liberalização do Alojamento Local. E preparava-se agora para o assalto às leis laborais e à Segurança Social.

Ao mesmo tempo, o PSD procurou o apoio da extrema-direita na política de migração e na agenda conservadora contra as mulheres e as pessoas LGBTQI+.

A condição minoritária do Governo atrasa, no entanto, o projeto da direita. Na lei dos solos, a apreciação parlamentar apresentada pelo Bloco com o PCP, o Livre e o PAN obrigou a um recuo do PS e do Chega e impôs uma derrota ao Governo. As nossas denúncias sobre os conflitos de interesses na elaboração do Programa de Emergência da Saúde levaram à demissão do seu responsável.

Tendo essa consciência desde a formação do seu governo, Luís Montenegro nunca desdenhou a antecipação de eleições . A chantagem no debate do Orçamento do Estado, resolvida pela abstenção do PS, foi só um dos sinais dessa vontade. Apesar da precariedade da sua presente situação, Montenegro tenta ainda a vitimização, seguindo exemplos do passado distante e recente. O Bloco de Esquerda não aceita que a governação se faça em permanente chantagem contra o Parlamento e o país.

**A Mesa Nacional decide o voto contra do Bloco na moção de confiança, em coerência com o seu mandato. Nem o Primeiro-ministro nem o governo e o seu programa merecem a confiança do Bloco e do país.**

2.

A moção de confiança que será votada na próxima terça-feira conduzirá, previsivelmente, à dissolução da Assembleia da República e à convocação de eleições. É esse o caminho pedido pelo Primeiro-Ministro, anunciado pelo Presidente da República e é, face à degradação institucional deixada por Luís Montenegro, o único possível.

O Bloco de Esquerda tem sido a mais eficaz oposição no Parlamento. Enfrentamos os conflitos de interesses na saúde, os negócios imobiliários, os decretos-lei escondidos, os retrocessos neoconservadores. O Bloco tem sido também o partido da proposta: da justiça fiscal à valorização dos salários, do controlo dos preços da habitação à defesa dos direitos das mulheres. Não faltamos a uma luta, sempre com propostas para uma vida melhor. Esse percurso deixa-nos preparados para as eleições legislativas de maio.

A sucessão de legislaturas curtas e a multiplicação de eleições tornam muito exigente o debate e a difusão de alternativas políticas. A simples repetição de fórmulas usadas em campanhas passadas não serviria esse esforço.

**A Mesa Nacional mandata a Comissão Política para definir, durante a próxima semana, um calendário e um guia de novas práticas e recursos de campanha, a apresentar aos aderentes e simpatizantes. A campanha começa agora.**

3.

A confirmarem-se, eleições legislativas antecipadas em Portugal decorrerão num momento internacional de enormes perigos, marcado pelo crescimento da extrema-direita, com o poder reforçado da oligarquia internacional aliada de Trump, o assalto neoconservador aos direitos das mulheres e das minorias e a tentativa de aniquilação da Palestina.

Na União Europeia, a maioria que apoia Ursula Von Der Leyen - incluindo socialistas e direita tradicional, verdes e liberais - está cada vez mais próxima da extrema-direita e já se ofereceu para enviar tropas que estabilizem a partilha da Ucrânia entre Trump e Putin. Simultaneamente, abandona o pacto verde e anuncia a remilitarização da Europa, impondo o desfalque do Estado Social e das pensões para pagar um plano megalómano de rearmamento. O Bloco responderá a este momento em nome do projeto de uma Europa de solidariedade contra o neofascismo e de cooperação e segurança, alinhada com o direito internacional e apostada na diplomacia para a paz.

O calendário eleitoral colidirá com o da Convenção Nacional.

**A Mesa Nacional decide:**

- 1. Suspende o processo da XIV Convenção assim que se confirme a rejeição da moção de confiança apresentada pelo governo na Assembleia da República. Neste caso, o novo calendário da Convenção será aprovado pela Mesa Nacional na sua reunião de 23 de março;**
- 2. Mandar a Comissão Política para aprovar o regulamento para a designação dos candidatos às eleições legislativas, adaptando o regulamento utilizado para eleições anteriores;**
- 3. Solicitar às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais a convocação, no seu âmbito, de assembleias de aderentes para a semana de 15 a 22 de março, com vista ao debate da atual situação política e à aprovação dos primeiros candidatos das listas do Bloco de Esquerda pelos respetivos círculos eleitorais.**